

PROLETÁRIO

PREÇO Cr\$ 40

Nº2 - AGOSTO - OUTUBRO 1981

Contra o consenso social

Preparar a luta de classe proletária

Desaceleração dos negócios, desaquecimento, recessão! Eis as palavras que enchem as páginas dos jornais burgueses e a boca de empresários, políticos, filósofos, economistas, e toda a variada fauna de lacaios e cães-de-guarda do Capital! A indústria paulista "não viveu nunca momentos tão difíceis como os que está vivendo hoje", exclama pateticamente o presidente da FIESP, Bueno Vidigal, à fina flor da burguesia reunida para a sua conferência na ESG. E o pessimismo toma conta dos bravos capitães-de-indústria: "a situação está grave e parece que ficará pior", preocupa-se outro dirigente da FIESP (*O Estado de São Paulo*, 16.7).

Toda esta pandilha de exploradores da classe operária parece derramar rios de lágrimas (de crocodilo) sobre um dos principais efeitos atuais desta situação crítica: o aumento vertiginoso do desemprego, que, segundo o DIEESE alcança o índice de 12,8% da população ativa da Grande São Paulo (aproximadamente 800.000), aos que se somam 18,4% de subempregados (cerca de 1.200.000)! E Vidigal já anunciou que "todos os dados indicam que essa queda (da oferta de empregos - nome delicado que

dá ao desemprego - ndr) continua" (*ESP*, 29.7).

Mas não acreditem que o que preocupa tanto assim estes senhores é a miséria em que o desemprego lança a classe operária. O motivo desta preocupação é revelado pelo inevitável Vidigal, no ambiente reservado da ESG. Se o desemprego continuar aumentando, vaticinou ele, "o problema social pode tornar-se muito mais grave que o econômico e o político" (político, a-segue na últ. pg)

Acerca do CONCLAT

Consolidar a burocracia sindical

Preparada há mais de 2 anos pelos pelegos da Unidade Sindical, a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) recebe, a partir do final de 80 o apoio dos sindicalistas do PT e, mais recentemente, do III ENAMP (mais conhecido como documento de Vitória). O objetivo do CONCLAT, a ser realizado de 21 a 23 de agosto, é, formalmente, propiciar um "amplo debate democrático sobre as condições de vida e de emprego dos trabalhadores", dotando o movimento sindical de um programa unitário "que contenha a clara defesa da democracia e as propostas da classe operária para superar a crise econômica".

Deixando de lado a irrealista proposta de discussão de

teses com as amplas bases do movimento operário, vejamos em que consistem as formulações das principais correntes de opinião que participarão do CONCLAT.

Os reformistas declarados apresentam sua plataforma através do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, centrando sua atenção num postulado muito caro ao "euro-comunismo" e à social-democracia, que, em síntese, é o oferecimento gratuito - mas às custas da exploração da classe operária) de sua colaboração para salvar o capitalismo da crise. São conhecidos seus apelos para que a burguesia reconheça neles a capacidade de melhor administrar os negócios capitalistas. Não é de se estranhar, (segue na pg 5)

Viva os jovens proletários da Inglaterra

55 anos depois da formidável greve dos mineiros, que foi, sem dúvida, o maior movimento proletário da história daquela que era, então, a principal metrópole imperialista, a Inglaterra torna a ser o palco de uma formidável explosão proletária. A juventude proletária (que Liebknecht chamava de "a chama da revolução") desencadeou uma formidável e violenta vaga de manifestações que, partindo de Liverpool, inflamou dezenas de cidades, inclusive a velha Manchester, que fora o maior pólo industrial do mundo, e a própria Londres, já desde há algum tempo palco de verdadeiros motins dos imigrantes (em particular, dos trabalhadores jamaicanos). Esta magnífica vaga de revolta proletária enche os revolucionários de entusiasmo, por múltiplas razões.

Porque é um marco no avanço da luta de classe proletária que, partindo da periferia do capitalismo mundial, começa agora a chegar a seus centros vitais. Até então, com os inúmeros amortecedores democráticos instalados graças às célebres migalhas da pilhagem imperialista estavam conseguindo evitar que os efeitos da crise mundial (em particular, do desemprego) (segue na pg 2)

SUMÁRIO

- El Salvador: As raízes da violência (I)
- França: A função do governo de esquerda
- A luta pelas liberdades políticas
- Os limites das oposições sindicais
- A greve da Fiat-Diesel
- Riocentro: A farsa da justiça burguesa
- Notas várias

Viva os jovens proletários da Inglaterra

(cont. da pg 1)

redundassem numa resposta operária de envergadura. Em outras palavras, porque é um claro indicio de que "o fantasma do comunismo" tornará a "rondar a Europa", de que tinha sido exorcizado há meio-século atrás pela vitória da contra-revolução stalinista e democrática.

Porque o estopim do renascimento da luta de classe se acentua precisamente naquela metrópole que era o símbolo da Ordem burguesa, da paz social, do afogamento dos antagonismos sociais no reformismo e na democracia, cujo grande liberalismo se deve precisamente ao fato de que a dominação burguesa nunca foi ameaçada aí por um movimento revolucionário da classe operária, ao contrário dos países da Europa Continental. A tal ponto a burguesia inglesa confiava em seus soporíferos democráticos, que se dava ao luxo de ter uma polícia sem armas! Em outras palavras, rejubilamos com que a ordem interna comece a minar-se naquela que é a mais velha metrópole capitalista e o mais velho Estado burguês, que durante várias gerações foi o gendarme da ordem internacional.

Porque a vaga de revoltas desencadeia-se contra este símbolo básico da civilização burguesa que é a sacrossanta propriedade - quebrada, saqueada, incendiada -, e se desenrola fora dos moldes civis, ordeiros, legalitários. Com isso marca uma ruptura com uma nefasta tradição do movimento operário britânico: a de conduzir-se no respeito da Ordem e dos Sagrados valores burgueses, segundo os cânones daquela *respectability* burguesa que já provocavam ânsias de vômito em Marx e Engels e com que os chefes corrompidos do tradeunionismo e, em seguida, do Labour Party impregnavam o movimento operário. Porque, sobretudo, marca uma ruptura com a tradição de manter-se nos limites da luta puramente econômica, nos marcos de um tradeunionismo que esterilizou as inúmeras, con-

tínuas e -não seremos nós a negá-lo - magníficas lutas reivindicatórias que a classe operária inglesa não tem cessado de travar. Em outras palavras, saudamos com entusiasmo porque saem do marco da fábrica, da categoria, da greve puramente econômica, da contenda entre o trabalho e o capital pelo nível de repartição de mais-valia - tudo isso nos marcos da Ordem e da legalidade democrática -, renunciando o desencadeamento, pela primeira vez na Grã-Bretanha, da luta política contra o Estado e a ordem burgueses, à qual será inevitavelmente ganho o operariado industrial ativo, ainda entorpecido pelo ópio de que se um século e meio de reformismo!

Porque encontraram-se lado a lado jovens proletários ingleses e imigrantes, unidos na revolta pela própria miséria em que os projetou a crise e o desemprego, miséria que destrói as divisões e barreiras erguidas pela burguesia entre proletários "nacionais" e "estrangeiros", graças a uma política de diferenciações jurídicas, econômicas e sociais que privilegia os primeiros e rebaixa os segundos, ao mesmo tempo que desenvolve o rascismo, o xenofobismo, o chovinismo, todos os estúpidos sentimentos de superioridade racial, nacional e social que a burguesia cultiva sistematicamente nos proletários ingleses. Tremam os burgueses de pavor ao verem as jovens gerações de proletários ingleses "misturarem-se" com indianos, jamaicanos, paquistaneses, como simples proletários, iguais e fraternos na revolta contra a ignóbil civilização do Capital.

Porque, enfim, a explosão da juventude proletária inglesa responde, *objetivamente*, à nova vaga de rebelião antibritânica na Irlanda, à que se irmana não só por golpear o mesmo inimigo comum, mas pela própria violência e pela audácia com que saem às ruas dos dois lados do Mar da Irlanda. Transforme-se esta resposta objetiva (e a crise, aguçando as contradições sociais e impulsionando a luta de classes criará cada vez mais as bases materiais disto) em solidariedade ativa e militante com a luta dos proletários irlandeses contra a pluri-secular opressão britânica, e estará assim destruído outro pilar da dominação burguesa sobre o próprio proletariado britânico: a cumplicidade objetiva deste último com o "seu" imperialismo na questão irlandesa, que - como já o mostrava Marx - constitui um pesado grilhão da sua escravidão.

A magnífica explosão dos jovens proletários da Inglaterra abre uma brecha nas malhas da Ordem imperialista e em seu pilar mais tradicional. A eles nossa saudação entusiástica!

EL SALVADOR

Segundo os dados oficiais, em 1980, El Salvador teve 10.000 vítimas do terror. Nos dois primeiros meses de 1981, o número de vítimas chegou a 3.000, sem contar as baixas nos choques armados. Com uma população de 4,5 milhões de habitantes, estas cifras correspondem proporcionalmente a 270.000 e 80.000 vítimas, respectivamente, num país como o Brasil. Além disso, há os refugiados, que fugiram para Honduras, Costa Rica e México, tentando escapar da violência, e que, segundo o Serviço de Ajuda Jurídica do Arcebispo de San Salvador chegam a 100.000 pessoas.

A informação fornecida por uma publicação dos jesuítas salvadorenhas (*Estudios Centroamericanos*, nº 369-370, julho-agosto de 1979 pg. 566) mostra que, de 406 executados por motivos políticos entre janeiro e junho de 1979, 148 eram pessoas com profissão não identificada, 107 eram camponeses, 61 operários, 44 estudantes, 26 professores, 12 guerrilheiros, 6 profissionais liberais e 2 padres. De um total de 307 presos por motivos políticos, 129 eram camponeses, 85 com profissão não identificada, 49 operários, 26 estudantes, 14 professores, 2 padres e 2 profissionais liberais.

Não é difícil imaginar que a maioria das vítimas ou presos com "profissão não identificada" corresponde a massas proletarizadas e camponesas. De qualquer modo, a maior parte das vítimas é constituída por operários, camponeses e professores. A conclusão é óbvia: o alvo principal do terror estatal são os trabalhadores da cidade e do campo, incluindo as massas proletarizadas que se aglutinam nas favelas.

A ECLOSÃO DO SINDICALISMO AGRÁRIO

A situação no campo é descrita eficazmente num artigo da revista *"Estudios Sociales Centroamericanos"* (nº 25, janeiro-abril de 1980) significativamente intitulado "Movimento camponês ou luta do proletariado rural em El Salvador?". Podemos ler aí: "Durante os últimos anos a luta do camponês salvadorense tem-se intensificado, assumindo formas historicamente diferentes dos movimentos camponeses latino-americanos tradicionais. Eles não tomam nem invadem terras das plantações, as aldeias também não reclamam recursos agrícolas, e não há reivindicação de terras usurpadas pelas plantações. As lutas concentram-se, sobretudo, nas rei-

NOS DISTINGUE

A linha que vai de Marx a Lênin, à fundação da Internacional Comunista e do Partido Comunista da Itália (Livorno, 1921); a luta da Esquerda Comunista contra a geração da Internacional, contra a teoria do "socialismo num só país" e a contra-revolução stalinista; o repúdio das Frentes Populares e dos blocos da Resistência; a dura obra de restauração da doutrina e do órgão revolucionários, em contato com a classe operária, fora da politicagem pessoal e eleito-reira.

As raízes da violência (1)

vindicações de melhores salários e serviços (e) exigem baixos arrendamentos. A organização e os métodos que utilizam não são os mais comumente utilizados pelos camponeses, mas sim pelo proletariado urbano".

A grande e crescente combatividade do proletariado e do semiproletariado agrícolas é o resultado direto da proletarização social em massa no campo salvadoreño, ocorrida no decorrer das duas últimas décadas. No quadro I pode-se observar a vertiginosa evolução social no campo. Enquanto os proletários agrícolas sem terras constituíam 11,8% da população rural em 1961, esta percentagem subiu a 29% em 1971 e a 40% em 1975. Os semiproletários (camponeses com menos de 1 ha) passam de 41,6% a 34,1%. O proletariado agrícola sem-reserva passou a ter um peso decisivo no conjunto dos jornaleiros ("bóias-frias") imprimindo a suas lutas um caráter distintivo.

Esta evolução foi paralela à rápida transformação capitalista no campo. O colonato, que é uma forma de imposto em trabalho (o proprietário arrenda uma parcela em troca de poder dispor livremente da mão-de-obra camponesa), caiu de 43% da terra cultivada por famílias com menos de 1 ha em 1961 para 22% em 1975, enquanto os arrendamentos em dinheiro subiram de 23% a mais de 50% em 1975.

Como sempre, este processo foi acompanhado do empobrecimento geral das massas proletárias. Segundo a mesma publicação "a renda real anual de 75 % das famílias camponesas baixou aquém do mínimo vital (...) Fundamentalmente isto se deve à deterioração da sua condição de traba-

lhador camponês assalariado. Como tal, ele recebia um salário inferior às necessidades de manutenção e reprodução, já que parte dessas necessidades eram cobertas pela produção da família como unidade doméstica. Na situação atual, estas famílias devem depender ainda mais de suas atividades fora da unidade doméstica". Leve-se em consideração também que, em 1971, a porcentagem de desemprego no campo nos meses de inverno era de 47,7%.

Esta evolução acelerada empurrou o proletariado agrícola à luta e à organização. "Para lutar por seus interesses, especialmente para conseguir aumentar o salário mínimo e melhorar as condições de vida, os semiproletários do campo têm-se organizado, sendo a proscrita Federação Cristã de Camponeses Salvadoreños (FECCAS) seu organismo mais importante. As organizações caracterizam-se por seu grande militantismo, união, lealdade, e por suas alianças e coordenação em ações concretas com as organizações proletárias e progressistas da cidade. O grande militantismo é reflexo das suas condições precárias" (ibid).

Outra fonte já mencionada escreve: "os trabalhadores rurais têm-se organizado em associações de classe, com programas reivindicatórios concretos. Achamos que a FECCAS tem cerca de 10.000 afiliados e a União de Trabalhadores do Campo (UTC) 7.000 membros. As duas entidades, sem personalidade jurídica, têm muito peso político no setor trabalhista. Nas suas reivindicações (...) predominam o reconhecimento do direito de sindicalização (e) o fácil acesso ao arrendamento de terras"

Por sua vez, a burguesia também tem-se organizado para enfrentar as tentativas de luta das massas trabalhadoras do campo, mobilizando seus bandos "brancos" (ORDEM), a Guarda Nacional e o Exército. A repressão é feroz. O enviado especial do jornal *Le Monde* relata na sua edição de 3-4/6/79 que "na véspera de nossa passagem por lá, quatro pessoas foram assassinadas na região; uma no departamento de Santa Rita, três no de El Cacac (...) As vítimas têm uma característica em comum: são dirigentes da FECCAS, a Federação de Camponeses Cristãos, uma das associações sindicais do campo não reconhecidas pelo governo. Desde 1975 a Federação tenta criar uma organização sindical nesta região, que não tinha nenhuma. Na zona leste do país, outra associação faz um trabalho semelhante e enfrenta as mesmas dificuldades. Na zona de Cinquera, os choques continuam desde março. Um dos dirigentes da FECCAS, que não dorme em casa desde que esta foi saqueada por membros da Guarda Nacional, narra o desenvolvimento dos acontecimentos: "eles chegaram pela primeira vez no dia 17 de março. Tínhamos organizado uma manifestação para comemorar o aniversário do massacre de vários companheiros em 1978. A viatura da Guarda andava pela estrada e metralhou nosso grupo. Eles voltaram 15 dias depois, às 7 hs da manhã. Eram uns duzentos que desciam os morros em pequenos grupos. Eles nos procuravam, mas fomos avisados e conseguimos fugir (...) No vale vizinho de Azacualpa queimaram 9 casas em janeiro; voltaram uma semana mais tarde, mas nós estávamos no morro". Aproximadamente são 15 os mortos do Vale desde o mês de março, todos metralhados pela Guarda Nacional de madrugada, quando saíam ou voltavam para casa (...) Na região de Cinquera não há sombra de dúvida: não se trata de repressão, mas de eliminação pura e simples". Desde aquela época, a repressão continuou a agravar-se velozmente.

Porém, na sua luta, o proletariado agrícola e os camponeses pobres salvadoreños não estão sós: conseguiram estabelecer sólidos vínculos com o movimento operário urbano em pleno desenvolvimento.

* * *

No próximo número, veremos a situação atual do movimento operário e as perspectivas que se abrem para as classes trabalhadoras.

QUADRO 1

MUDANÇA NA COMPOSIÇÃO E NA NATUREZA DO CAMPO SALVADOREÑO (1961-1975)

Categorias de Famílias	ANOS					
	1961		1971		1975	
	No. de famílias	%	No. de famílias	%	No. de famílias	%
incultas	30,455	11,8	112,108	29,1	166,922	40,9
menos de 1 ha	107,054	41,6	132,907	34,6	138,838	34,1
de 1 a 1,9 ha	48,501	18,8	59,842	15,6	62,385	15,3
de 2 a 4,9 ha	37,743	14,7	44,002	11,4	24,400	6,0
de 5 a 9,9 ha	14,001	5,5	15,730	4,1	7,545	1,9
mais de 10 ha	19,597	7,6	19,951	5,2	7,297	1,8
TOTAL	257,347	100,0	384,540	100,0	407,387	100,0

Fonte: "La transformación del campo y la situación económica y social de las familias rurales en El Salvador", Serie Realidad Campesina y Desarrollo Nacional. Informe nº 7, El Salvador, 1976.

França

A função do governo de esquerda

Após 23 anos na oposição o Partido Socialista Francês volta ao governo, de que tinha sido afastado num momento de grave crise política da burguesia francesa, provocada pelo movimento de independência das massas exploradas da Argélia, contra as quais o PS tinha feito uma guerra sangüinária, e pelo esfacelamento do velho império francês.

O PS volta hoje ao governo num novo período de crise. Só que, desta vez, não se trata de uma crise apenas do imperialismo francês, mas sim de uma crise internacional, uma crise do conjunto da sociedade capitalista, uma crise em que a classe dominante tem que levar novamente em conta uma classe operária que ameaça despertar, nos próprios centros vitais do imperialismo, da letargia a que foi prostrada pela contra-revolução durante mais de meio século.

Ao contrário do que afirma a miopia política de uns e o interesse de outros em mistificar a realidade, a ascensão do PS ao governo não significa nenhuma mudança do sistema social burguês, nem mesmo um passo neste sentido. "Continuaremos numa sociedade de liberdade, numa economia de mercado", ou seja, numa sociedade burguesa, proclamou o decano do PS, Gaston Defferre, e Mitterrand repetiu-o, insistindo em que se trata tão-só de uma "mudança de política".

Para compreender a função deste governo "socialista" e o sentido desta "mudança de política" governamental da burguesia francesa, é preciso esboçar um quadro da situação política na França e da atitude das diferentes classes e forças políticas.

O desenvolvimento da crise internacional despertou, desde há alguns anos, as velhas oposições entre as tendências que existem no seio da burguesia francesa. Por um lado, está a tendência que procura adaptar o imperialismo francês a seu declínio inevitável e aspira a uma "autonomia na interdependência", isto é, a manter a França como potência imperialista no âmbito de uma política de acordos e concessões com seus aliados, em primeira linha os EUA. Por outro lado, está a tendência que "re-cusa o declínio" e tenta realizar uma mobilização em torno do Estado imperialista a fim de preservar a "grandeza da França", isto é, de tentar sobretudo conservar a potência imperialista da França como dantes, enfrentando as pressões e acometidas, sobretudo americanas.

Estas duas tendências existem no seio dos próprios blocos políticos atuais. Assim, giscardianos e gaullistas as represen-

tam, respectivamente, no bloco da "direita", enquanto que, na "esquerda", esta mesma divisão existe, respectivamente, entre PS e PC.

Não é, portanto, uma mudança de política internacional que caracteriza o governo "socialista": deste ponto de vista não houve mudança significativa. As eleições polarizaram-se, na realidade, em torno de outra oposição: a divergência quanto ao modo de ligar a questão econômica à questão social. Quanto ao fundo, porém, todos estão de acordo, de Chirac e Giscard a Mitterrand e Marchais: é preciso salvar a economia nacional, é preciso garantir a competitividade do capitalismo francês, é preciso aumentar a rentabilidade das empresas. O que implica, como todos sabem e concordam, arrancar mais suor e mais-valia da classe operária, tomar de volta as parcas vantagens e "conquistas" que a burguesia lhe concedera em época de prosperidade a fim de comprar a paz social, impor-lhe sacrifícios e austeridade!

A política de Giscard d'Estaing, deste ponto de vista, consistia em suprimir uma a uma aquelas "vantagens", numa ofensiva aberta contra a classe operária, embora não sem toda uma série de precauções destinadas a evitar uma resposta operária. Apesar de contarem com o apoio de fato dos sindicatos e dos falsos partidos "operários" na oposição, a "direita" não dispunha de meios políticos para levar o proletariado a engolir os sacrifícios e a austeridade, acarretando, pois, graves riscos para a burguesia. Como o próprio Mitterrand explicava, pouco antes do segundo escrutínio, a reeleição de Giscard comprometeria a paz social: "Se a cegueira do medo e do conservadorismo provocar a reeleição, tudo parará; mas, debaixo da tampa da panela de pressão cuja válvula ficaria bloqueada com isso, tudo continuaria a ferver. Prevejo, nesta eventualidade, um futuro imediato de ansiedade, de revolta e de repúdio, assim que a prostração oriunda do fato tiver passado."

Mitterrand e seus acólitos pretendem ter os meios para levar a cabo a política de austeridade e sacrifícios. Contando com as ilusões da classe operária acerca da esquerda, o atual

governo pretende conquistar a confiança da classe operária mediante algumas concessões, a fim de obter "voluntariamente" os sacrifícios indispensáveis para a burguesia francesa ganhar a "guerra econômica". O ex-chanceler Pierre Mendès-France disse-o claramente ao explicar o programa de seu partido (PS): "Uma política de rigor, de organização ou de programação voluntarista, de planeamento digno deste nome só pode ser levada a cabo, num país como a França, com o consentimento e o apoio da opinião pública, coisa que alguns chamam de consenso (...). Para que a classe operária aceite as disciplinas e as paciências (!) que lhes serão pedidas, é preciso que tenha confiança no governo." Claro, não?

Graças a esta confiança, os "socialistas" poderão empreender uma renegociação das garantias, vantagens e conquistas obtidas pela classe operária na época da prosperidade, em vez de suprimi-las brutalmente. Mas para que esta renegociação possa ser efetuada, o novo governo deverá tramar um amplo tecido social de colaboração de classes, cujos fios estarão unificados nas mãos do governo. É esta a principal tarefa do atual governo de esquerda, tarefa que a "direita" não poderia levar a cabo com eficiência.

Assim, o objetivo central do atual governo é construir uma rede sistemática de negociações permanentes, de arbitragem obrigatória, de contenção legal das greves, de institucionalização dos sindicatos, a fim de paralisar nas malhas do "diálogo" os movimentos da classe operária; é completar o parlamento e as instituições municipais mediante a generalização de estruturas de participação (comissões de empresa, de região, de bairro, etc) na gestão da "coisa pública".

Em suma trata-se de criar uma vasta rede democrática, cuja função é proporcionar a esta máquina de opressão que é o Estado capitalista um sólido tecido de relações sociais graças ao qual a burguesia poderá apoiar-se em amplas camadas sociais (aristocracia e burocracia operárias, classes médias) para amortecer e entravar a luta proletária. Pintar o Estado capitalista com as cores róseas da harmonia entre as classes para desarmar a classe operária e o cultar o fortalecimento e ablin-dagem do aparelho de opressão estatal detrás da cortina de fumo de uma "reforma democrática" - é este o objetivo e a função do atual governo de esquerda!

Consolidar a burocracia sindical

(cont. da pg 1)

pois, que em sua plataforma de política econômica exigem o "lançamento de um corajoso programa de gastos e investimentos públicos, para estimular a atividade econômica, gerar empregos e reduzir as enormes margens de ociosidade existentes em nosso parque produtivo" (VU, 5 a 12.6.81, grifos nossos). Com isso a solução do problema social passa a ser a melhoria do capitalismo, pois sendo a classe operária coproprietária do parque produtivo (nosso!), não lhe resta outra alternativa para ter mais empregos senão lutar pelos investimentos de capitais cada vez maiores. Não merece nem consideração esta estúpida teoria, já que todos sabem que a crise econômica é exatamente a sucessora inevitável de um período de grandes investimentos ou de boom econômico, e que essa é a dinâmica inevitável do sistema capitalista.

"As conclusões do importante documento de Guarulhos" - continua o mesmo jornal - "merecem todo o apoio das forças mais consequentes do movimento democrático brasileiro (disso não duvidamos - ndr), pois a luta contra a recessão e pela defesa das condições de vida dos trabalhadores caminha junto com a plena democratização do país e pela garantia de eleições sem casuismos, apontando também para a necessidade de liberdade de organização de todos os partidos e para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita e soberana em suas decisões".

Se é com esse objetivo que os "comunistas" (que ainda ousam se chamar assim) pretendem transformar a CONCLAT num "fórum de debates sobre os principais problemas do país" e "ajudar os trabalhadores a ocupar seu lugar na vanguarda, na frente da luta pelo desenvolvimento progressista da economia brasileira" e que "os sindicatos se preparem para discutir com o Estado as questões econômicas e a democratização da sociedade", podem ficar tranquilos que seu zelo pela pátria e a economia capitalistas serão recompensados pela burguesia: poderão participar de eleições livres em 82 e continuar ocupando seus cargos na burocracia sindical.

Mas a classe operária, que nunca lucrou com o progresso capitalista (por isso mesmo dizemos, desde há 133 anos, com o Manifesto Comunista, que ela "não tem nada a perder na sociedade atual, a não ser suas cadeias"), não tem por que acreditar nessas baboseiras nacionalistas e "progressistas". A própria luta de classe do proletariado, que dá os primeiros si-

nais de renascimento em todas as partes do mundo, enterrará para sempre essa falsificação, caminhando em direção da destruição do capitalismo, não da sua salvação.

O outro bloco de correntes que vai à CONCLAT apóia-se na bandeira lançada por Lula no 1º de Maio: "greve geral". Pretende, com isso, transformar a Conferência em instrumento de mobilização da classe para a luta. Na realidade, a única coisa que obtém é dar uma cobertura "de esquerda" para o ultracolaboracionismo de Unidade Sindical, é valorizar o peleguismo dos Joaquinhões e companhia com sua aura antipelega; em suma, a participação do lulismo é uma espécie de tábua de salvação que evitará que a CONCLAT naufrague na indiferença, por seus promotores não terem uma base consistente nas massas operárias combativas.

Mas detenhamo-nos um pouco na proposta da "greve geral". Uma greve geral, digna desse nome, não pode surgir por uma simples resolução das cúpulas (pelegas, ainda por cima). É a consequência da união de muitas lutas e da organização crescente das bases operárias por elas propiciadas. Fora disso, não pode ser mais que uma dessas greves gerais fajutas que são convocadas pelas grandes centrais sindicais reformistas européias, com data marcada com grande antecedência (assim, dá tempo para os patrões prepararem os estoques...) e com duração limitada. Em suma, um simples protesto que nunca chegou a nenhum resultado - salvo o de desencorajar a classe operária e pôr em descrédito a arma da greve. Não se pode chegar a uma "greve geral que mostre não só a força da classe trabalhadora, mas que conduza à conquista de benefícios mais do que necessários, urgentes e indispensáveis", como preconizam os lulistas, a não ser por uma vigorosa preparação sobre métodos e com uma orientação classista a partir das próprias lutas parciais que a classe é levada a travar cotidianamente.

A classe operária é demagogicamente desmobilizada a cada luta com o argumento de que devemos acumular forças e não queimar cartuchos. Se quisermos chegar à greve geral (que, repitamos, para ser efetiva não pode ser, hoje, uma palavra de ordem imediata) não podemos abrir mão de nenhum interesse classista, aceitar qualquer traição ou acordo feito aquém das exigências reais da classe.

Neste quadro, o mais provável é que a CONCLAT cumpra sua finalidade inicial, que a-

traiu de imediato a todos os pelegos: consolidar a burocracia sindical antioperária. E nisso se unem os velhos e carcomidos pelegos e os neopelegos democráticos à Lula, que com sua fraseologia de luta ajudam a burguesia e os pelegos oficiais a salvar o sindicalismo colaboracionista, que hoje enquadra o movimento sindical nos marcos da CLT e que se prepara para enquadrá-lo nos marcos da democracia.

Quem te viu...

Num de seus artigos, escrito como sempre ao modo escandaloso da imprensa marron, o *Jornal do Povo* (substituto da *Hora do Povo*, ligada ao MR-8) escandaliza-se com os "terroristas agora atentam contra militantes". Podemos ler aí este trecho edificante: "Os atentados agora vêm se dirigindo contra oficiais e sub-oficiais de nossas Forças Armadas, justamente porque eles têm manifestado sua clara indignação diante da impudência dos terroristas que tentam se refugiar nas instituições militares" (J.P., nº5, 17.7-24.7.81). Depois de se declarar do mesmo lado da trincheira das FFAA ("nossas FFAA"), o lado burguês e antiproletário, e de apresentá-las como alheias e contrárias ao terrorismo com a última frase que ressaltamos (quando as FFAA são, na realidade, um instrumento da violência burguesa - logo, também, do terror burguês - sobre a classe operária, e que sempre deu e dará "refúgio" aos elementos de ultradireita, que são o complemento dos democratas) os ex-revolucionários do MR-8 aplaudem "a ansia de pacificação (viva a paz social! ndr) e reencontro que domina as corporações militares e... a grandeza e desprezimento dos oficiais casados que... vêm procurando o conagraamento e a união de todos os militares (só faltam gritar: militar unido jamais será vencido! ndr) para contribuir para salvar o país do caos em que se encontra".

Quem diria que este grupo, há alguns anos atrás, também praticou seus "atos terroristas" chocando-se contra as (hoje suas) FFAA em nome da revolução! Hoje preconiza a união com ela para "salvar o país" (que só pode ser o capitalismo, porque a classe operária não tem pátria nem país, e sua luta é a revolução internacional anticapitalista). Amanhã, continuando neste caminho, estará infalivelmente do lado da burguesia e suas FFAA contra a revolução proletária!

A luta liberdades

Colocando assim o problema, se comete um duplo crime contra o movimento operário. Por um lado, fazendo eco à propaganda ideológica tradicional da burguesia, apresenta-se a democracia como expressão da vontade e das exigências "do povo", ocultando-se que, com todo o seu atavio de liberdades e direitos, a democracia é uma forma da dominação burguesa, da ditadura da burguesia, assim como o regime militar oriundo do golpe de abril de 64. Por outro lado, ligando a obtenção das liberdades e direitos políticos à instauração de um regime democrático, oculta-se que a democracia nunca presenteou o proletariado com aquelas liberdades e direitos: ele só as obteve e manteve numa luta vigorosa contra a própria democracia.

A DEMOCRACIA E AS LIBERDADES POLÍTICAS

A revolução burguesa, que se realizou classicamente na Europa ocidental no período de 1789-1871, teve como bandeira da sua luta contra o feudalismo as célebres reivindicações ditas "democráticas", que cobrem uma variada gama de questões, tais como: a questão da "soberania popular", que concerne à participação de amplas massas na vida política e no Estado, em particular mediante o armamento das massas, o sufrágio universal, etc; a questão da "igualdade política", capaz de arrastar as mais amplas massas na luta contra os privilégios e os exclusivismos feudais; a questão das liberdades políticas, que asseguram uma maior amplitude ao movimento social, e que nos interessa especialmente aqui.

Todas estas reivindicações burguesas clássicas, características da revolução burguesa, reivindicações que a burguesia agrupa sob o termo de "democracia" e que apresenta como o ideal a ser alcançado, o objetivo final da luta política. Na ficção democrática, a realização destas reivindicações deveria assegurar o poder do "povo" e, por conseguinte, proporcionar ao mesmo tempo a solução da "questão social".

O marxismo destrói esta ficção -que os pseudo-marxistas hoje imperantes no movimento operário reforçam com seu democratismo-, revelando a natureza de classe da democracia burguesa e declarando contundentemente que: "A república burguesa, inclusive a mais democrática, não é nada mais que uma máquina de opressão da classe operária

A "abertura democrática" empreendida pelo atual regime militar fez com que se intensificasse o canto das sereias "de esquerda" por plenas liberdades políticas, cuja concessão todos ligam ao estabelecimento de um regime "verdadeiramente" democrático. A democracia surge, assim, nesta campanha cotidiana daqueles que pretendem represen-

pela burguesia, da massa dos trabalhadores por um punhado de capitalistas" (Lênin, Teses sobre A democracia burguesa e a ditadura do proletariado, 1919)

A incompreensão desta tese fundamental e a crença na ficção democrática propagada pela burguesia custou preciosas vidas e amargas derrotas à classe operária. A começar por seu primeiro representante histórico, Gracchus Babeuf, guilhotinado no início da Revolução francesa (em 27.5.1797) por ter acalentado a utópica ilusão de que se aplicaria em favor da emancipação do proletariado os princípios da democracia. Duzentos anos depois, a trágica lição ainda não foi aprendida, e cumpre aos revolucionários levar um combate intransigente contra toda concepção que vincule a luta da classe operária à luta pela democracia!

Outra ingênua ilusão (na melhor das hipóteses), que cumpre aos marxistas revolucionários combater, é a de que a democracia burguesa concede liberdades irrestritas ao movimento social. Na realidade, a democracia burguesa cerceia ao máximo aquelas liberdades, de que fez uma bandeira histórica, e tende a torná-las inócuas, mesmo porque a sua plena concessão minaria irremediavelmente as bases da sua dominação política.

Assim, a democracia estabelece como limite das liberdades e direitos a sacrossanta "ordem pública" (=burguesa), fazendo do estado de exceção o complemento de regra destes, a outra face da mesmíssima moeda democrática. Os direitos e liberdades políticas são rodeados de uma série de leis que anulam aquelas liberdades, em plena conformidade com a legalidade democrática. Exemplo típico disto: em toda legislação democrática o direito de greve é necessariamente acompanhado pela "liberdade de trabalhar" (ou como quer que seja chamada), que tende a tornar ilegais os piquetes e todo o meio (indispensável à luta!) de coerção sobre os fura-greves e os indecisos, de toda ação que obtenha na marra a paralisação geral; em outras palavras, o direito de greve é contrabalancado pelo direito de os patrões furarem a greve!

Esta característica inerente à democracia burguesa é posta em relevo por Marx já numa época em que a democracia ainda tinha uma função histórica revolucionária. Vale a pena citar, aqui, dois fulminantes comentários seus em meados do século passado.

Em *A luta de classes na França*, comentando o projeto de lei do reacionário ministério Barrot, que proibia o direito de associação para os operários, projeto este que aliás foi aprovado a 21.3.1849 com o apoio da democracia "socialista" pequeno-burguesa de Ledru-Rollin (que é uma das raízes da árvore genealógica das autodenominadas esquerdas contemporâneas), Marx escreve uma verdade válida para todas as Constituições democráticas de todas as épocas e áreas históricas: "O que a Constituição devia constituir antes de mais nada era a dominação da burguesia. A Constituição só podia, pois, entender como direito de associação as associações conformes à dominação burguesa, isto é, à ordem burguesa. Se, por conveniência teórica, ela se exprime de modo geral, acaso o governo e a Assembleia Nacional não estavam ali para interpretá-la e aplicá-la nos casos particulares?"

No *Dezoito brumário de Luís Bonaparte*, comentando a Constituição de 1848, Marx dava esta caracterização de todas as Constituições democráticas futuras e suas liberdades: "O inevitável estado-maior das liberdades de 1848 - liberdade individual, de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de ensino, de cultos, etc - recebeu um formulário constitucional que tornava-o invulnerável. Cada uma destas liberdades foi proclamada como um direito absoluto do cidadão francês, mas com uma reserva constante: eram ilimitadas tão-só na medida em que não entravam em contradição com os "direitos iguais alheios" e com a "segurança pública", bem como com as "leis" encarregadas, precisamente, de assegurar esta harmonia (...) Cada parágrafo da Constituição contém, com efeito, sua própria antítese, sua Câmara alta e sua Câmara baixa: no texto, a liberdade; na margem, a supressão desta liberdade".

pelas políticas

tar e exprimir a classe operária, como uma forma política que garante e possibilita o pleno e irrestrito exercício, de parte do movimento operário, daquelas liberdades (de organização, de reunião, de imprensa, etc), que são, efetivamente, um instrumento de primeira importância para a sua organização.

Não é, pois, a democracia que garante as liberdades e direitos políticos de que o proletariado necessita em sua luta contra o capital e a dominação burguesa. Esta é uma verdade que os revolucionários têm que propagandear constantemente junto à classe, confundida pela propaganda falaciosa da burguesia e, em seu próprio seio, dos partidos oportunistas. Tanto assim, que para deixar bem claro que não é da democracia, mas sim da sua própria luta independente de classe que o proletariado pode esperar obtê-las, propomos se repudie o próprio termo enganador de liberdades democráticas. Mais precisos e conformes à dura realidade histórica seremos chamando-as simplesmente de liberdades políticas.

AS LIBERDADES POLÍTICAS E O IMPERIALISMO

Se já quando a bandeira das liberdades políticas era uma bandeira revolucionária agitada pela burguesia na luta antifeudal, a democracia burguesa tendia a esvaziá-las de todo potencial, suprimindo na margem o que concedia no texto, que dizer de quando a burguesia (e, consequentemente, a democracia) é uma classe unicamente contrarrevolucionária e todos seus esforços se dirigem contra o proletariado! Vejamos como evoluiu essa tendência no decorrer da luta de classes moderna, cuja arena (convém lembrar ante o embotamento nacionalista em que o oportunismo mete o movimento operário) é internacional.

Na Europa, berço do capitalismo e do movimento operário, é sobretudo após o encerramento da fase revolucionária burguesa (1871) que a democracia concede mais ampla e estavelmente suas célebres liberdades, ante uma fortíssima pressão proletária. E sempre tratou de restringi-las o máximo possível. Por exemplo, na França, pátria da burguesia mais avançada e radical em sua revolução, o direito de associação para os operários só foi outorgado em 1884, e sob tais condições, que o líder do partido operário, Jules Guesde, exclamou a respeito da lei que o instituiu: "A grande lei democrática da III República não é mais que uma lei policial reacionária." Deveria ter acrescen-

tado: como toda grande lei democrática!

Nesta segunda fase da evolução política burguesa (1871-1914), a fase "liberal", marcada por uma formidável expansão do capitalismo desembaraçado dos entraves feudais, a burguesia foi aprendendo a utilizar as concessões e liberdades proporcionadas ao movimento operário para contê-lo no terreno das "conquistas" imediatas, do tradeunionismo, das reformas, e para atrair seus líderes no sentido da colaboração de classes, inclusive participando do governo. Foi ajudada nesta política pelas próprias condições históricas de expansão do capitalismo, em que ao enorme crescimento numérico da classe operária correspondia o impetuoso desenvolvimento dos sindicatos e partidos operários, que obtinham grandes êxitos eleitorais e arancavam inegáveis melhorias econômicas, que a "fase áurea" da prosperidade capitalista permitia à burguesia conceder.

Esta situação nutriu a ilusão de que a classe operária podia emancipar-se gradual, progressivamente através da democracia. O reformismo social-democrata transformou esta ilusão em teoria e prática e foi ganhando, com base nela, as organizações operárias, que atrelou à democracia burguesa. Sabe-se onde levou esta política reformista. Quando eclodiu a guerra imperialista (1914), o reformismo arrastou o movimento operário e suas organizações para o pantano fétido da colaboração com seu Estado imperialista, o pantano da traição social-patriótica e social-imperialista. E, finda a guerra, estes mesmos reformistas ultrademocráticos foram os carrascos do proletariado revolucionário na Alemanha e na Hungria.

A guerra de 1914 abriu uma nova fase da evolução histórica burguesa: a era imperialista. A centralização econômica nos grandes monopólios e trustes, corresponde a centralização do poder político, com o Estado tomando-se cada vez mais nitidamente um instrumento do capital financeiro. A política estatal e social burguesa passa a caracterizar-se por um totalitarismo crescente, de que o fascismo e o nazismo foram as pri-

meiras expressões "puras". Mas, como afirma nossa corrente e a realidade histórica corrobora plenamente, a democracia imperialista que venceu o fascismo na guerra herdou integralmente seus métodos e sua tendência totalitárias. Mais precisamente: reforçou aqueles e aprofundou esta.

Sob o aspecto de que nos ocupamos, enquanto o fascismo suprimiu aquelas liberdades, integrando o movimento operário diretamente ao Estado corporativista (criando sindicatos de Estado, etc), a democracia fascista que o sucedeu restabeleceu (Itália, Alemanha) ou manteve aquelas liberdades. Mas, com o inestimável auxílio dos partidos oportunistas nacional-"comunistas" e socialistas, esvaziou-as de todo conteúdo, ao ligá-las intimamente à ordem e à estabilidade política do Estado burguês. Na realidade, os célebres direitos e liberdades democráticas (aqui o qualificativo cabe!) foram transformadas, em nossos dias, nos países-modelo da democracia, em liberdade e direito para o reformismo operário levar a cabo a colaboração de classes, em meios para que este possa amarrar o movimento operário à legalidade democrática, fortalecendo assim enormemente o regime burguês.

Ora, estas tendências da burguesia são universais, isto é, não só as "velhas" burguesias européias as realizam, mas também as burguesias emergentes nas áreas periféricas do capitalismo - o chamado Terceiro Mundo. As burguesias nascem, aí, já em plena era imperialista, e longe de perecer as etapas que marcaram a evolução do capitalismo em seu berço histórico europeu (e norte-americano), desde o início põem-se em fase com a evolução internacional, ou seja, fazem suas as tendências modernas totalitárias do imperialismo. Acaso nos próprios países em que levou a cabo uma revolução "popular" antiimperialista (China, Argélia, Cuba, etc) a burguesia não assumiu, ao contrário de seus antepassados revolucionários europeus e estadunidenses, as formas centralizadoras e antiliberais típicas do fascismo, como o partido único, o Estado "forte"?

"ABERTURA DEMOCRÁTICA" E LIBERDADES POLÍTICAS

Esta tendência totalitária das burguesias emergentes do "Terceiro Mundo" corresponde à necessidade que elas têm de concentrar e centralizar fortemen-

A luta pelas liberdades políticas

te suas energias a fim de se oporem à tremenda pressão do imperialismo e produzirem o doloroso parto da sociedade moderna. Tomando o exemplo do Brasil, onde a revolução burguesa levou a cabo a modernização da economia, da sociedade e do Estado sem as sumir a forma de uma revolução política radical, mas mediante reformas realizadas *de cima* do aparelho estatal herdado da era colonial, este processo assumiu formas totalitárias desde a fase inicial da modernização burguesa (que podemos datar da década de 30, com o getulismo e o Estado Novo), que se calcam no modelo mussolinista, até à fase final de acabamento da "revolução" burguesa, marcada pelo regime militar instaurado em 64.

Como na maior parte do "Terceiro Mundo", aqui também a revolução burguesa pela via reformista não foi levada a cabo com a mobilização revolucionária das massas trabalhadoras na luta radical antiimperialista, à imagem do que suas antepassadas francesa ou americana fizeram contra as classes dominantes pré-burguesas. Isto se explica pela debilidade congénita da burguesia, oriunda do fato de ter chegado atrasada na arena mundial, debilidade esta que a faz temer a perda do controle do movimento social que eventualmente chegasse a suscitar. Quando buscou apoio no movimento social, como no caso do getulismo, o fez tão-somente no âmbito de uma política reformista e legalitarista, atrelando-o ademais ao *Estado burguês*, à imagem do fascismo italiano.

Agregue-se a estas tendências profundas da burguesia o fato de que, quando a "revolução" burguesa tomou seu impulso decisivo aqui - e no Terceiro Mundo, em geral - o movimento operário já se achava destruído internacionalmente pela contrarrevolução stalinista, vitoriosa desde 1926. Resultado de tudo isto, no que atine ao tema que abordamos, é que o totalitarismo burguês combinado à dissolução do proletariado como força de classe redundou numa privação de liberdades e direitos para o movimento social.

Encerrada em suas linhas fundamentais a fase de modernização da sociedade e do Estado, com a definitiva consolidação e generalização das relações capitalistas e a homogeneização política das classes dominantes, a burguesia tende a reformar seu regime totalitário, adaptando-o às novas exigências históricas. Trata-se, antes de mais nada, de dotá-lo de estruturas que permitam uma extensão da

sua base política e social com a integração de um espectro mais amplo de forças políticas na gestão do Estado e da "vida nacional". Estas forças terão, em particular, a função de criar válvulas de escape institucionais (através do sindicalismo democrático, do cretinismo parlamentar, etc) para desviar a pressão proletária do terreno subversivo para o terreno legalitário. Ou seja, trata-se de uma política que se acha em plena continuidade com toda a evolução e as tendências anteriores da dominação burguesa, as quais, ao contrário do que teorizam os paladinos da democracia "operária", vão sempre se acentuando, de modo irreversível.

Assim, as liberdades e direitos políticos serão concedidas precisamente para que aquelas forças tenham condições de cumprir sua missão contra-revolucionária, isto é, para que disponham de meios para amarrar a classe operária ao carro da ordem e da legalidade burguesas, devidamente democratizadas.

A REIVINDICAÇÃO DAS LIBERDADES POLÍTICAS

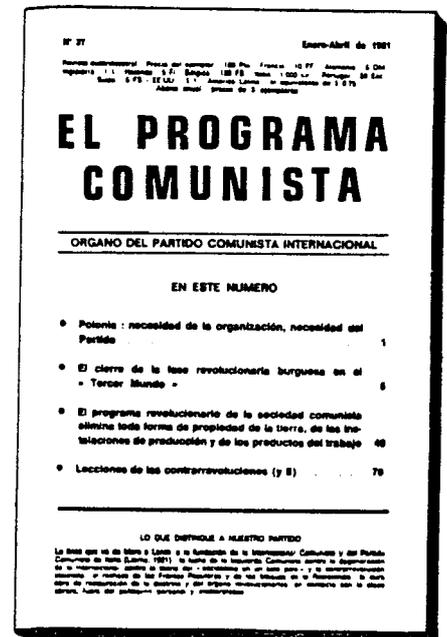
É certo, porém, que não obstante todas as restrições de que serão rodeadas as liberdades e direitos que a democracia terá que conceder pelas próprias necessidades de seu "funcionamento fisiológico", o movimento operário terá alguma possibilidade legal de ação, propaganda e organização (como hoje já está tendo, relativamente aos anos anteriores), à qual não deverá, é claro, virar as costas. No entanto, a condição indispensável para tirar proveito daquelas possibilidades está em *não fundar a sua luta no terreno da legalidade democrática*, mas sim no terreno da *luta contra ela*.

Isto significa que se deve lutar energeticamente contra a política que consiste em ligar a obtenção destas liberdades a uma *reforma do Estado burguês* em sentido democrático (mediante a Constituinte, a ação parlamentar, reformas legislativas, etc).

Ao contrário, para que sejam consistentes e não fórmulas vazias destinadas ao manejo da burguesia e seus lacaios no seio do movimento operário, estas liberdades deverão ser arrancadas mediante o emprego de *métodos de classe*, da *ação direta contra o Estado burguês*, numa posição constante e intransigente contra os que tentam impor à classe os métodos democráticos da conciliação, da negociação, da "ação" eleitoral e parlamen-

tar, em suma, do legalitarismo.

Como, ao contrário da ilusão que propagam os oportunistas na classe, jamais se chegará a um *ponto de equilíbrio* nesta luta sem quartel, isto é, como a burguesia tenderá sempre, inevitavelmente, a suprimir ou restringir as liberdades e direitos que teve de conceder, a luta por elas só poderá ser plenamente consequente se ligada à luta pela destruição do Estado burguês - que, por mais democrático que seja, é o maior obstáculo à plena realização das liberdades políticas para o proletariado. Justamente por isto, os revolucionários, colocando esta luta no âmbito da luta revolucionária geral contra o Estado burguês, dela fazem um momento de educação política do proletariado e um elo importante da luta pela *ditadura do proletariado*, a única que poderá concedê-las e garanti-las efetivamente.



**programme
communiste**

Pedidos para:

GIUSTO COPPI
Casella Postale 962
Milano ITALIA

RIOCENTRO

A farsa da justiça burguesa

Comentando o atentado do Riocentro, mostramos no nosso número anterior que a gritaria das esquerdas e dos democratas exigindo a punição dos culpados só tinha um resultado: afiançar a idéia de um Estado neutro e imparcial, ocultando a sua natureza de classe, que dele faz necessariamente um instrumento de dominação da classe no poder (hoje, a burguesia), a qual jamais será capaz de "punir" os verdadeiros "culpados" do terrorismo de direita, pelo simples fato de que este emana organicamente da própria classe burguesa. Toda e qualquer punição equivaleria a apontar um bode expiatório, destinado a dar ao Estado burguês e suas instituições um verniz de imparcialidade e de garante de uma ilusória justiça acima das classes.

Na realidade, os atos da justiça e das instituições burguesas - julgamentos, punições, inquéritos, etc - são ditados fundamentalmente pelos interesses políticos da classe dominante. São atos políticos por excelência.

Embora a burguesia seja hoje uma classe historicamente unida como classe dominante, sua unidade se exprime dialeticamente como a integração de tendências mais ou menos divergentes no que concerne ao modo de exercer o poder e de manejar o aparelho de Estado (mas que convergem unanimemente na defesa incondicional de sua dominação de classe). As controvérsias suscitadas por ocasião da divulgação das conclusões do IPM ilustram estas divergências internas da

burguesia

Por um lado, havia os que se inclinavam a inculpar os dois militares implicados. Aparentemente, o primeiro impulso foi neste sentido. Por outro lado, está sobretudo um setor importante da alta cúpula militar, que os três lustros de manejo autoritário do poder, com a função histórica de completar a evolução política da burguesia, centralizando-a e disciplinando-a à maneira forte, fizeram com que considerasse as Forças Armadas e seus componentes como intangíveis politicamente.

Como em todas as divergências interburguesas, também esta concernia à forma, ao modo de se obter um mesmo objetivo de fundo: lavar as mãos das Forças Armadas, isentá-las como instituição, de todo e qualquer envolvimento com o terrorismo de direita. Os últimos pretendiam logrã-lo isentando pura e simplesmente seus dois membros de toda e qualquer responsabilidade. Os primeiros propugnavam chegar a isto culpando os dois militares pelo fato. Com esta solução, as Forças Armadas mostrariam repudiário a ultradireita e sairiam do episódio - graças aos bons préstimos dos democratas - politicamente fortalecidas com um verniz de defensoras imparciais da democracia.

E se a "linha dura" do general Marcondes recusa-se a alterar sua grotesca versão dos fatos, modificando o IPM e abrindo caminho a um compromisso, a Justiça Militar tem as mãos

livres para chegar a outras conclusões. É o que o próprio juiz-auditor explica ao *Jornal do Brasil* (7.7): "O promotor... poderá se basear em fatos alheios ao inquérito... para chegar a uma conclusão diversa do IPM do Riocentro. Nada impede, por exemplo, que ele denuncie o Capitão Wilson Machado como um dos autores do atentado... O juiz esclareceu que 'do ponto de vista da técnica jurídica, o promotor não precisa se restringir aos autos para formar seu parecer'". Estes "fatos alheios" em que se pode basear "conforme a técnica jurídica" já mostramos quais são...

A posição dos verdadeiros revolucionários não pode ser, pois, a dos jeremias da democracia pequeno-burguesa infiltrados em seu seio, que clamam pelo esclarecimento da verdade e pela punição dos culpados; não pode ser a de centrar suas baterias nas incoerências e lacunas do IPM e denunciar tão somente os que as patrocinam. Tudo isto só leva a uma exaltação da democracia burguesa, que nada mais é que a cúmplice e o complemento do ultradireitismo "fascista". Sua posição é de denunciar toda esta farsa grotesca que se chama justiça burguesa que só a pura a verdade e pune os culpados para preservar e fortalecer o domínio de classe da burguesia.

* * *

Democracia blindada

O episódio do Riocentro levou os democratoides e esquerdoídes a lançar de novo com estridência o grito da desativação dos DOI-CODI, uma das reivindicações que vinham ligando à obtenção da democracia. Pois podem rejubilar-se: a desativação está em marcha! Com efeito, uma reforma nota em andamento pelo Ministério da Justiça vai reestruturar o DOPS "com vistas ao reforço da Polícia Política Civil no país, permitindo a desativação gradativa dos DOI-CODI, ligados as unidades militares e o progressivo desengajamento das Forças Armadas das ações tipicamente policiais (...). A essa reestruturação vem-se somar a ampliação dos quadros da Polícia Federal em 4.081 novos funcionários" (ESP, 5.8.81).

O Estadão do dia seguinte (6.8) informa que essa reforma já estava em estudo desde 1977 e o objetivo que lhe atribui o MJ é o de "transformar a Polícia Política em essencialmente

civil, profissionalizada ao máximo para se constituir em um fator de manutenção das instituições e impedir que a Polícia Política seja utilizada como instrumento político na eventualidade da troca dos grupos no poder" (ESP, 5.8.81).

Essa reforma mostra a incoerência da reivindicação dos democratoides, que dirige a luta contra a repressão burguesa para um instrumento contingente da mesma, que, como se vê, pode ser suprimido sem que o Estado burguês se enfraqueça (muito pelo contrário, esta reforma vai fortalecê-lo!). Seu modo de orientar a luta, ligando-a à democracia, não só concorre para camuflar a natureza ditatorial do Estado burguês que, qualquer que seja a sua forma, é um órgão de repressão, ao fazer crer que a repressão seria o fato de um regime particular (não-democrático) e de instituições particulares, como os DOI-CODI. Além disso, esvazia a luta contra a repressão de toda eficácia, ao di-

rigi-la contra tal regime e instituição, em vez de colocá-la no terreno da luta contra o Estado burguês em bases e com métodos estritamente classistas.

Ela mostra, também, que as reformas em curso para "desengajar" as Forças Armadas do poder político e promover a democracia só levarão a um fortalecimento do aparelho estatal de dominação e repressão. É esta uma tendência irreversível e incontível nos marcos da dominação de classe burguesa. Desativando os órgãos das FFAA com função policial, a reforma em questão do tará o Estado burguês de um aparelho repressivo mais eficaz, graças tanto à "profissionalização" e especialização da Polícia Política civil, como à centralização da repressão por uma direção nacional única, o Departamento de Polícia Federal.

Assim fortalecido, o Estado burguês poderá metamorfosear-se de "ditadura militar" naquela que é a forma mais típica e eficaz da ditadura da burguesia na presente era histórica: a democracia blindada.

Os limites das oposições sindicais

Logo após a campanha salarial dos metalúrgicos de SP, os diversos grupos políticos que a tuam no movimento operário, bem como as oposições sindicais, começaram a se preocupar com as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, que foram realizadas em julho. Todo o desenrolar da campanha eleitoral põe em relevo a confusão reinante no movimento operário e em seus líderes mais conhecidos, bem como os graves limites das oposições sindicais.

A partir de janeiro, reuniu-se por iniciativa de Aurélio Perez e Lula uma frente de grupos de oposição para lançar uma chapa única, "único caminho para derrubar o mais nefasto pelego do mais importante sindicato da América Latina". Presume-se que essa importância do sindicato está em função do número de operários da categoria (420.000) e não de sua tradição de luta ou do número de seus associados (pouco mais de 10% da categoria). Ou, então, como disse o Joaquinção, por ser o sindicato que tem o maior orçamento financeiro, graças ao imposto sindical extorquido do conjunto da categoria...

O objetivo da chapa única logo se esfumou, devido às querelas entre os grupos políticos, querelas estas que são os frutos inevitáveis de toda ação localizada no terreno do eleitoralismo, em que desde o início se colocaram os grupos que iriam dar nascimento às chapas 2 e 3. Ainda que se tivesse chegado a uma chapa única, esta não seria a expressão da tão almejada unidade operária, precisamente porque esta não será jamais realizada graças a acordos e composições de cúpulas sindicais e políticas com finalidades eleitorais, mas unicamente a partir da mobilização e organização da base operária em torno das necessidades e reivindicações reais da classe e dos métodos clássicas de luta.

Que a divisão da oposição em duas chapas concorrentes baseou-se unicamente nas considerações eleitorais, está prova do pelo fato de que seria impossível distinguir sobre que programas e princípios elas se estabeleceram. Ambas não tinham nenhuma plataforma classista, e as reivindicações que estamparam (aliás o próprio Joaquim agitou alguma reivindicação) ser viram apenas de elemento decorativo de uma campanha que, para ambas as chapas, baseava-se exatamente na mesma preocupação: a caça aos votos. Neste contexto

eleitoreiro, seria impossível utilizar a campanha como momento de organização e mobilização da classe, como alguns companheiros da OSM ingenuamente esperaram. Precisamente porque isso não pode ser feito em função de objetivos eleitorais; ao contrário, no caso em que a participação em eleições se justifique (e, a nosso ver, não é o caso, dado o caráter do sindicato), esta não pode ser dirigida à busca do êxito no pleito, mas à criação de uma relação de forças mais favorável à classe mediante a sua mobilização na luta contra o patronato e o capitalismo, na expressão da solidariedade efetiva de classe, e não para depositar seu voto secreto e individual numa urna. Por outro lado, como se poderia pretender coerentemente levar em bases e para uma mobilização de classe uma campanha destinada a conquistar a direção de um sindicato antioperário?

Como não pode deixar de ocorrer num terreno eleitoralista, as energias classistas que se deixam encerrar nos limites estreitos da oposição sindical, a qual por sua natureza só pode mover-se no terreno minado do sindicalismo oficial, foram submergidas pelas forças oportunistas, que sempre predominam neste terreno. Exemplo típico disso é que os setores combativos de Luta Sindical tiveram que alinhar-se com as correntes mais conciliadoras, que encabeçaram a chapa com o "orador do papa", e subjugar-se ao tom personalista, publicitário, aclassista, que estas correntes ligadas à Igreja imprimiram à campanha da chapa 2.

O resultado das urnas é sabido de todos. O manejo da direção do Sindicato possibilitou a Joaquinção, que teve nos militantes do MR-8 seu braço direito na eleição, a reeleger-se de novo. Couberam à OSM - em favor da qual a chapa 3 "desistiu", a imagem do que fazem os políticos burgueses, no segundo escrutínio - uns 20 e tantos mil votos.

O resultado para o avanço da classe operária em sua luta foi plenamente negativo. Não só porque não se deu nenhum passo sério adiante na sua organização independente e classista (a qual, nas condições de debilidade do movimento operário só poderá limitar-se à organização de pequenos núcleos de vanguarda), não só se contribuiu a lutar a imagem desgastada do sindicato oficial com a exaltação da sua "importância" e o acirramento da disputa eleitoral, mas - o que é bem pior - porque ali

mentou as ilusões sobre o valor do voto nas próprias tendências mais avançadas da Oposição. Com efeito, o fascínio ilusório dos números levou muitos companheiros a considerar como uma vitória relativa os 20.000 votos dados à chapa 2, como se estes expressassem uma influência real na classe ou uma disposição militante daquela massa de operários. Que esta votação não exprima nenhuma vontade real de luta em si, prova-o o fato de que a OSM não conseguiu mobilizar estes seus eleitores, por exemplo, nos atos contra o desemprego ou na solidariedade com a greve da Fiat.

As Oposições Sindicais pretendem ser uma alternativa ao peleguismo oficial. Mas, na realidade, por se colocarem no âmbito do próprio sindicalismo oficial, nunca poderão ser nada mais que substitutos do pelego, cujo papel forçosamente desempenharão (ver o exemplo do lulismo em nosso nº 1 no artigo "Um teste importante"). Porque não se trata de direções vendidas, mas sim da própria natureza não só da estrutura sindical vigente, como do próprio modo e método de levar a ação sindical que são inerentes a todo tipo de sindicalismo voltado para a conciliação entre Capital e Trabalho, à colaboração entre as classes. O que urge à classe operária é dar nascimento a um associacionismo operário que seja um instrumento da sua luta de classe contra os efeitos da exploração capitalista e, ao mesmo tempo, um ponto de partida na luta revolucionária contra o capitalismo e a dominação burguesa.

Isto jamais poderá ser obtido no marco de uma simples oposição dentro do sindicalismo atual, a que se limitam as OS. Há, ao contrário, que iniciar um trabalho paciente de propaganda e organização classista fora destes marcos, em plena independência em relação ao sindicalismo oficial e às ilusões paralisantes que ele veicula.

Segundo o jornal *Yomiuri*, de Tóquio, o Brasil é o primeiro do Terceiro Mundo e o sétimo do mundo em exportação de armamentos, e está agora ao lado de Israel. Exporta desde pistolas a mísseis ar-terra a mais de 50 países. A indústria bélica brasileira emprega mais de cem mil trabalhadores e faturou cerca de 3 bilhões de dólares no ano passado. O que não é nenhuma bagatela como lucro suplementar que a indústria brasileira embolsa para contribuir à manutenção da dominação das massas trabalhadoras do mundo inteiro. Ajustem a mira, proletários!

A greve da FIAT - DIESEL

Diante da demissão de mais de 250 companheiros, os 3.083 operários da Fiat de Xerém (Rio) entraram em greve no dia 4 de maio, exigindo a readmissão e estabilidade por um ano para todos. Durante 42 dias resistiram contra a intransigência da multinacional italiana e do governo, na mais longa greve dos últimos 17 anos.

Apesar de derrotados em suas reivindicações, os grevistas caíram de pé. Uma grande lição para eles e para os trabalhadores de todo o país: ao inimigo patronal se juntaram, além do aparelho judiciário e repressivo do governo, os falsos representantes operários, os pelegos. Nas manobras para pôr fim à greve, ficou patenteada a traição do pelego Osvaldo Pimentel. Como é costume da pelegada, ao ver-se incapaz de parar o movimento com promessas de negociação com a empresa, Pimentel (que conta, obviamente, com o apoio do MR-8 e do PC) tentou

esvaziá-la submetendo a greve ao TRT, a fim de canalizar o movimento para as malhas antioperárias da Justiça do Trabalho. Mas não bastou apresentar a homologação da greve como grande vitória. Apesar da repressão, os trabalhadores continuaram firmes, incutindo à greve um nítido caráter de classe por seus métodos (assembléias cotidianas, piquetes) e pela sua intransigência quanto aos objetivos (não aceitaram nunca abrir mão da defesa de seus companheiros demitidos). Ao mesmo tempo, Pimentel e seus comparsas, os pelegos dos demais sindicatos, cercaram a luta com um verdadeiro "cordão sanitário", impedindo todo contato de outras fábricas com os operários da Fiat, não realizando nenhum ato de solidariedade real com eles (e o dos Metalúrgicos é o maior sindicato do Rio: não foi por falta de meios que o Pimentel não fez uma agitação!) e não dando nenhum passo no sentido de ligar a luta da Fiat com a de outras fábricas (por exemplo, havia uma luta no mesmo momento nos estaleiros Mac Laren). Isso sem falar na ausência de ligação real com os outros estabelecimentos da Fiat, como o de Betim, em que aliás também houve inúmeras demissões. E não venha o Pimentel e seus amigos do MR-8 e do PC nos dizer que essa ligação foi assegurada pelo pelego italiano Bruno Sacerdote, da Federação Metalúrgica da Itália, despachado pelo presidente da Fiat - perdão, pelo seu internacionalistíssimo sindicato - com esse presumido objetivo (na verdade, o Sacerdote da colaboração de classes veio tentar parar o movimento e impedir sua extensão às outras unidades. Falhou no primeiro, mais foi bem sucedido no segundo!). Quan-

do a greve começava a dar sinais de esgotamento depois de semanas de luta completamente isolada, Pimentel aplicou o golpe tradicional dos pelegos: montou, juntamente com a direção da fábrica, uma votação para saber se se queria ou não continuar a greve. Uma votação em que participaram principalmente os fura-greves habituais (encarregados, engenheiros, o próprio pessoal de segurança da fábrica), tudo isso sob uma forte intimidação policial. O resultado, obviamente, foi a suspensão do movimento. Mas, fora da fábrica, outra votação - sem aqueles locais do patrão - foi realizada, e o resultado foi favorável à continuação do movimento.

Isolados, desarticulados pela repressão policial e da empresa, que demitiu toda a Comissão Interna, que liderava o movimento, os companheiros de Xerém acabaram tendo de ceder e voltar ao trabalho.

Outra lição, que também tem um alcance geral, deve ser tirada desta greve importante. Ela concerne à tática do Comando de Greve, uma tática costumeiramente aplicada pelas "oposições sindicais": a de ligar a luta ao sindicato oficial. Esta política desastrosa, que se continua a usar na ilusão de poder utilizar o aparelho sindical, teve como único resultado deixar a luta na mão do pelego e enfraquecer o Comando de Greve, que tornou-se um verdadeiro prisioneiro daquele (até mesmo fisicamente: Pimentel praticamente encerrou-o numa sala do Sindicato, bem longe da fábrica!). Depois de ter levado toda a luta nos marcos do Sindicato pelego, os companheiros do Comando revoltaram-se, com toda razão, con-

tra a infame traição do pelego (que deixaram negociar a sós com a direção!), chegando até a ir às vias de fato com os funcionários vendidos do Sindicato. Mas era tarde demais para a ruptura: a luta já tinha sido enterrada! E deve-se ter a coragem de dizer que a própria política dos companheiros do C. de G., cuja combatividade e espírito classista foram inegáveis porém, contribuíram em parte para isso.

A luta não terá sido em vão, se a classe for capaz de tirar dela a lição que é um erro fatal tentar lutar através do Sindicato e que tem, ao contrário, de organizar-se e conduzir suas lutas de modo independente do sindicato oficial. A necessidade urgente de lutar contra a influência dos sindicatos oficiais, bem como a luta contra os líderes operários colaboracionistas, aparece a cada greve, a cada movimento, como condição indispensável para se formar uma força de classe.

É mais que hora, pois, de começar a se organizar independentemente, tecendo pouco a pouco uma rede de organismos operários que una as vanguardas combativas não só nas fábricas e nas categorias, mas das várias fábricas e das várias categorias de cada região entre si, e também os companheiros de diferentes cidades e centros industriais (o que é de suma importância, por terem as grandes fábricas unidades em vários lugares do país, como a Fiat, em Xerém e Betim).

Ao contrário dos que pregam a conquista ou a utilização dos sindicatos atuais, é esta a única política prática e realista.

Lutas camponesas

Cerca de 35.000 famílias de camponeses pobres (mais de 200.000 pessoas) travam, nestes últimos anos, em Mato Grosso, um combate de vida ou morte contra 1.200 pistoleiros a serviço de latifundiários e empresários rurais, ajudados, como sempre, por um considerável número de policiais da região. Enquanto estas famílias buscam um lugar para sobreviver, 50 proprietários possuem 7 milhões de hectares, que usam apenas para especulação. Estes latifúndios ocupam quatro vezes a área ocupada pelos 30.000 minifúndios da região. Os restantes 66 milhões de hectares, que completam a área total de Mato Grosso, pertencem tão-só a 15.000 proprietários.

A luta deixou, por enquanto, mais de mil mortos e desapa-

recidos. A polícia, chamada a intervir nos focos de tensão, acabou sempre ajudando os jagunços. O governo do Estado, com o pretexto de pôr fim a esta situação, criou a "polícia rural", a qual, como não podia deixar de ser, também acabou associando-se aos jagunços: primeiro, desarmou os camponeses com a promessa de que nada iria acontecer; depois, expulsou-os das terras.

A tremenda situação das enormes massas de camponeses pobres, de que os fatos supracitados não são mais que um pequeno exemplo, só poderá ser superada por uma radical transformação do atual sistema de propriedade da terra. Isto não poderá ser obra de nenhuma reforma agrária, mas unicamente da revolução e da ditadura proletárias, que, levando a cabo a *nacionalização da terra*, eliminarão a forma imediata da opressão e miséria do camponês.

Preparar a luta de classe proletária

(cont. da pg 1)

quf, se entende, refere-se às ginásticas políticas das cúpulas burguesas). E choraminga, aflito, aos jornalistas: "o nosso drama é que não vemos a menor perspectiva de melhora" (ESP, 29.7). Um drama angustiante, sem dúvida, o do Vidigal, saber que não há meios para evitar o agravamento do "problema social", que mais cedo ou mais tarde transformar-se-á em estopim da revolta proletária! Roa as unhas, Vidigal, sue frio; nós nos rejubilamos!

Mas não são só as unhas que os empresários se aprestam para roer. Também vão tratar de roer o já magro salário operário, ao mesmo tempo que as empresas procedem a demissões maciças, a férias coletivas, em suma, a um ataque em regra contra o emprego.

Um aspecto desta ofensiva da burguesia contra a classe operária é o tão discutido "pacote" da Previdência Social, com que o governo pretende descarregar sobre os trabalhadores em seu conjunto (com o aumento do desconto para 10%) ou sobre parte deles (medidas relativas aos benefícios, elevação da idade e do tempo de serviço para a aposentadoria, etc) o déficit da instituição.

Por seu lado, os empresários partem em liça contra a atual legislação salarial, sugerindo acabar com os reajustes mais elevados para os que ganham até 3 salários-mínimos. Se considerarmos que esta parcela dos assalariados constitui nada mais nada menos que 77% da população ativa, segundo o próprio Ministro do Trabalho, teremos uma idéia do grande negócio que seria para o Capital pôr em prática esta medida, que agravaria ainda mais a miséria daqueles que, na realidade, nem chegam a ganhar o mínimo real (que deveria ser pelo menos 3 salários)!

Todas estas propostas podem não obter, de imediato, o consenso da equipe governamental: Murilo Macedo defende a lei salarial contra os empresários;

o "pacote" da Previdência provoca o repúdio geral, até do próprio PDS, e é bem provável a esta querela que se deve a recente crise governamental que levou à saída de Colbery. Não imaginem, porém, os proletários que esta gentilha protesta por se indignar contra esta extorsão suplementar de mais-valia. Os ilustres parlamentares são contra porque estas medidas "impopulares" (como dizem) prejudicam-nos nas próximas eleições (depois delas, tudo bem...) O Ministro do Trabalho defende a lei dos salários-tão-só por-

que ela é útil à preservação da paz social, como explicou na ESG

Como quer que seja, para lá das medidas que serão efetivamente tomadas, o certo é que a classe operária deve se preparar para enfrentar um novo ataque em regra da burguesia contra suas condições de vida e de trabalho, que é o único meio que aquela tem para enfrentar a crise econômica.

Os burgueses sabem, porém, que uma ofensiva contra a classe operária acarreta graves riscos de explosão social. Por isso, cogitam dos meios capazes de possibilitar que esta ofensiva seja lançada mantendo-se o proletariado sob controle. Surge, assim, a grande idéia do momento: o consenso nacional!

"Devemos criar um grande consenso nacional (...) para que a economia e a sociedade do país saiam do atual quadro de dificuldades com maior pujança", sustentou Vidigal, mostrando que este consenso "só pode ocorrer numa sociedade democrática organizada em moldes capitalistas em que (os problemas fundamentais) sejam resolvidos com a participação de todos os segmentos da sociedade." E conclama: "é necessário que os esforços de todos os grupos sociais convirjam para uma mesma direção."

Em outras palavras, a "democracia plena" (Vidigal diz) é a condição e o meio indispensável para conseguir com que o proletariado aceite a austeridade redobrada e os maiores sacrifícios que lhe serão pedidos e que poderão ser-lhe apresentados como sendo feitos em seu próprio interesse, é claro; ou, como alardeia o Vidigal, para que "possamos (exploradores e explorados juntos - ndr) entregar às gerações vindouras o Brasil com que sonhamos nossos antecessores"! Apertem os cintos democraticamente, proletários, e seus filhos gozarão das maravilhas da "pujante" Pátria capitalista! Há quantas gerações, proletários, vocês escutam esta mesma lenga-lenga?

O patrão-mor não fica nas proclamações de ordem geral, mas reivindica a efetivação dos "vetores do Estado democrático: participação da sociedade, liberdade sindical e correta organização eleitoral e partidária". Vocês notaram, companheiros proletários, que aquilo que o líder empresarial propõe à burguesia e seus governantes é a mesma coisa que os falsos líderes sindicais e políticos de vocês propõem-lhes cotidianamente como objetivo? Não se trata de uma singular coincidência, e sim da prova de que ambos estão do mesmo lado da trincheira de

classe: o lado capitalista e burguês, contra vocês!

Enquanto isso, altos funcionários, dirigentes empresariais, sociólogos, políticos, vão preparando as reformas destinadas a criar os tais "vetores do Estado democrático". Num dos inúmeros seminários e mesas-redondas destinados a "problemas trabalhistas" que se vêm multiplicando ultimamente, no caso o Seminário Internacional de Filosofia Política, um alto funcionário do Ministério do Trabalho anunciou que está em andamento a reforma do Código do Trabalho, a qual reduzirá, notadamente, a "interferência do Estado nas relações entre empregados e empregadores" e "deverá valorizar a negociação direta" (ESP, 29.7). O que é, pois, um passo adiante no sentido da "liberdade sindical" querida por Vidigal e...por Lula!

Tudo isto demonstra que a burguesia, auxiliada pela variada gama de seus servidores, está se preparando ativa e meticulosamente para espremer ainda mais a classe operária, cujas reações tratará de esterilizar com a "rotinização e canalização institucional dos conflitos sociais através de uma democracia representativa, operacional e livre", como a que pregou, no aludido Seminário, o filósofo (de esquerda, é claro) Vamireh Chacon (ESP, 30.7).

A classe operária deve começar, também, a se preparar para enfrentar a ofensiva democrática da burguesia, não só rompendo decididamente com o terreno e as forças da democracia, mas também preparando a defesa das suas condições de vida e trabalho com base nos métodos e objetivos da luta de classe intransigente: repúdio a todo e qualquer intento de reduzir o salário; aumentos salariais substanciais; contra as demissões, pelo salário integral aos despedidos e pelo salário-desemprego; contra o colaboracionismo e a participação na gestão do capital; pelo pleno direito de associação política e sindical dos trabalhadores, isento de toda e qualquer restrição legal de parte do Estado burguês (definição de funções, estatutos-modelo, etc).

São estes alguns exemplos em torno dos quais urge preparar a luta de classe contra o consenso democrático nacional e pela defesa da classe trabalhadora!

**Nossa imprensa
conta com o
seu apoio financeiro.**